

GÊNERO E TRAJETÓRIAS POLÍTICAS NAS CÂMARAS MUNICIPAIS

Karen Laís Barbero Chaves (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Carla Cecília Rodrigues Almeida (Orientadora), e-mail: carlaalm@uol.com.br

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

Ciências Humanas e Ciência Política

Palavras-chave: política, gênero, sub-representatividade.

Resumo:

Este trabalho visa contribuir para as discussões que envolvem o fenômeno da sub-representatividade feminina na política institucional. Estes estudos apontam para os aspectos negativos que a desigualdade de representações dos diversos grupos que compõem a sociedade acarreta para a democracia. Muitas barreiras indicam a falta de representatividade feminina na política, entre elas estão os estereótipos de gênero e os papéis sociais atribuídos pela sociedade a mulheres e homens, que dificultam maior participação das mulheres no campo político. Tendo isso em vista, essa pesquisa tem como principal objetivo comparar as trajetórias políticas de homens e mulheres nas câmaras municipais e identificar os aspectos que constituem a trajetória das mulheres que alcançam sucesso eleitoral. Para isso será utilizado como referencial empírico as câmaras municipais de Santa Catarina, a partir do banco de dados do 1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense Alesc.

Introdução

Compreendemos que a decisão de exercer cargos políticos, apesar de não ser uma vontade de todos, não se constrói de modo espontâneo e livre entre homens e mulheres, mas sim a partir de condições que constroem os sujeitos sociais. Dessa forma, o fato da sub-representatividade feminina estar presente na política institucional brasileira e nos diversos espaços de decisão, diz respeito não à escolha individual das mulheres, mas as barreiras impostas socialmente a elas e que dificultam a sua participação política.

Segundo os autores Miguel e Biroli (2011), os papéis sociais atribuídos a mulheres e homens, em que a elas atribuem-se aqueles ligados a vida privada e eles os papéis da vida pública, afetam as chances de participação na disputa por cargos políticos. Esta disputa, de modo geral, requer recursos que implicam em tempo livre, financiamento e rede de contatos, além de recursos políticos compostos pelo capital político, capital familiar e capital associativo. Portanto, a exclusão e a desigualdade entre mulheres e homens no mundo político e nos espaços de decisão, devem ser compreendidas pela

relação de dominação e as posições estabelecidas entre os gêneros no mundo privado e público.

Tendo isso em vista, esta pesquisa apresenta uma comparação entre as trajetórias e as carreiras políticas de vereadores e vereadoras, abarcando as Câmaras Municipais de Santa Catarina. O principal objetivo é comparar as trajetórias políticas de mulheres e homens, analisando as condições sócio demográficas e os tipos de recursos que constituem essas trajetórias e assim, identificar os aspectos que constituem as carreiras políticas de mulheres que alcançaram sucesso eleitoral.

Materiais e métodos

A pesquisa está orientada a partir de questões de investigações propostas para o caso dos municípios de Santa Catarina. Sendo elas: estado civil e gênero; faixa etária e gênero; raça/etnia e gênero; gênero e capital familiar, político e associativo. Essas variáveis foram analisadas a fim de mapear os fatores que conduzem as trajetórias políticas de vereadoras e vereadores, a partir do banco de dados do projeto de extensão denominado 1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense, pesquisa feita em conjunto com pesquisadores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina e a Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. A pesquisa soma os dados de 292 câmaras municipais do estado, 1699 servidores e 1054 vereadores e vereadoras da legislatura de 2013-2016.

Resultados e Discussão

Foram coletadas informações a partir do banco de dados do 1º Censo do Legislativo Municipal Catarinense Alesc, acerca das trajetórias políticas percorridas por vereadoras e vereadores eleitos em 2012, pelo estado de Santa Catarina, 84,9% dos questionários foram respondidos por homens e 15,1% por mulheres.

Segundo os dados relacionados à condição sócio demográfica das vereadoras e vereadores, constatou-se que a maioria deles é casada (79,7% das mulheres e 84,8% dos homens), possui entre 41 e 50 anos e se declara branca (88,7% das mulheres e 86,3% dos homens). Schulz e Moritz (2015) apontam que o fato de políticos terem, em sua maioria, essa faixa de idade e serem casados, está relacionado a uma espécie de “perfil de maturidade” do campo político. O que na prática pode acarretar no que as autoras chamam de “imperativos familiares” que podem afetar o desempenho de mulheres na vida pública se considerarmos os papéis sociais e de gênero empregados a homens e mulheres, como é apontado também por Miguel e Biroli (2011), o que explica a parcela de mulheres não casadas (20,3%) ser maior do que a de homens (15,2%).

Além disso, a desigualdade em relação a raça/etnia tanto para mulheres quanto para homens é alarmante se nos atentarmos para a ausência de negros/pretos – entre as mulheres apenas 0,6% declararam-se

negras/pretas, entre os homens 1%). Esse aspecto reflete também na baixa representatividade dos negros em todos os espaços de decisão e de poder político brasileiro.

As vereadoras demonstraram ter alto nível de escolaridade em relação aos vereadores, já que 57% delas são pós-graduadas e 34% deles possuem o Ensino Médio. É preciso salientar que, em níveis federais, como aponta Araújo (2010), o nível de escolaridade é alto tanto para homens quanto para mulheres, o que demonstra o caráter elitista da política brasileira. No entanto, quando se trata de política em âmbitos municipais, as mulheres ao contrário dos homens, já possuem alto nível de escolarização.

Em relação as trajetórias políticas, o capital político demonstrou não ser o principal meio de ingresso para as mulheres. Segundos os dados, 78,5% das mulheres nunca foram eleitas para outros cargos e 77% delas exerciam seu primeiro mandato como vereadoras, enquanto 44% dos homens já exerceram o cargo de vereador.

Quanto ao o capital familiar, este se mostrou mais importante para a trajetória política das mulheres e seu sucesso eleitoral, do que para os homens. De acordo com os dados, 60,9% das vereadoras possuem algum parente com carreira política. Apesar de boa parte dos homens ter declarado possuir parentes que ocupam/já ocupou cargo público (41,9%), as alternativas para eles são maiores do que para as mulheres, o que faz com que esse recurso seja mais significativo para elas.

No que diz respeito ao capital associativo, as vereadoras mostraram-se mais engajadas em grupos religiosos (86,3), em associações esportivas (62,9%), em movimentos sociais (62,8%), associações artísticas (61,5%) e associações humanitárias (55,8%). Em relação aos vereadores, mostraram-se bem menos engajados do que as mulheres, declarando com altos percentuais nunca terem participado de associações, com exceção das associações esportivas (81,2%), dos grupos religiosos (79,8%) e movimentos sociais (55,1%). O que demonstra que as mulheres têm buscado outras formas de construir suas carreiras políticas.

Conclusões

A partir dos dados aqui apresentados, podemos afirmar que as barreiras a serem enfrentadas são absolutamente maiores para as mulheres do que para os homens. O perfil exigido, como o alto nível de escolaridade das mulheres, desde os cargos municipais, é um aspecto que demonstra o quanto é custoso o ingresso de mulheres no mundo político. Além disso, podemos observar que, apesar de as mulheres terem se apresentado mais dependentes do capital familiar do que os homens, elas também tem se engajado mais politicamente nos movimentos sociais, o que significa que elas têm procurado formas de modificar sua inserção na política e de construir suas lideranças por si próprias. Portanto, a sub-representatividade das mulheres na política em nada tem a ver com seu desinteresse, mas sim, com o modo como as condições de disputa política está organizado, além da

maneira como estão estabelecidas relações de exclusão e desigualdade entre homens e mulheres.

Agradecimentos

Agradeço ao Núcleo de Pesquisa em Participação Política do Departamento de Ciências Sociais, ao Grupo de Pesquisa Sociedade Civil, Instituições Políticas e Democracia e ao Grupo de Estudos Feministas pela grande contribuição. A minha orientadora Carla Cecília Rodrigues Almeida, pelos ensinamentos, dedicação e paciência. Também a Fundação Araucária pelo financiamento da bolsa de Iniciação Científica.

Referências

ARAÚJO, C. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso de mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 2, p. 567-584, 2010.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Caleidoscópio Convexo**: mulheres, política e mídia. São Paulo: Unesp, p.75-124, 2011.

SCHULZ, R.; MORITZ, M. L. Mulheres vitoriosas na política: estudo comparativo entre as candidaturas ao cargo de deputado estadual no RS em 2010. **Sociologias**, Porto Alegre, v.17, n. 39, p. 370-402, 2015.